



ESTUDOS PRELIMINARES

*O preenchimento deverá conter ao menos os elementos previstos nos itens 1, 4, 6, 8 e 14 e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de necessidade em atender às demandas por fontes de informação dos Conselheiros, Magistrados e Servidores do CNJ, de forma rápida, completa, e por meio digital. A assinatura de bases de informação bibliográfica que disponibilizam acesso a livros, periódicos, jurisprudência, legislação, doutrina, etc., em meio digital, e nas áreas de conhecimento correlatas à atuação do Conselho Nacional de Justiça, visa suprir as necessidades de informação dos Conselheiros, Magistrados e Servidores do CNJ. Tendo em vista que o órgão não dispõe de biblioteca física, a solução é o acesso digital às fontes de informação.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A contratação está prevista no Plano de Contratação Anual (PCA) de 2023, que tramita no Processo SEI nº 08116/2022. Plano de Contratações Anual 2023 1450000 e 1449998, linhas 125, 126, 127.

Em relação ao Planejamento Estratégico, a contratação se coaduna com a eficiência operacional do Conselho Nacional de Justiça, na medida que visa garantir acesso à informação confiável e atualizada, por meio digital ao público interno do CNJ.

A assinatura de bases de informação técnica e jurídica encontra-se em consonância com os objetivos estratégicos do CNJ contemplados no Mapa Estratégico do CNJ 2021-2026, instituído pela Portaria CNJ nº 104/2020, conforme incisos VI e XI de seu art. 3º:

IX - Fomentar e incrementar a produção de soluções tecnológicas, com foco em inovação e transformação digital: o acesso às bases será realizado por meio digital, promovendo acesso em qualquer local, a qualquer hora. Além de possibilitar acesso à informação confiável, a assinatura dessas bases promoverá maior autonomia aos usuários internos do CNJ, posto que as bases podem ser acessadas 24 horas por dia, sete dias por semana.

XI - Garantir Infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ: o acesso às bases de dados jurídicas garantirá ao CNJ condições adequadas de acesso à informação que é o meio precípua para o desenvolvimento das atividades institucionais e para tomada de decisão;

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As bases de informação bibliográfica devem:

- Disponibilizar acesso digital à acervo amplo, confiável e atualizado, nas áreas de

- conhecimento relacionadas à atuação do CNJ;
- Disponibilizar plataforma de acesso amigável;
 - Permitir busca por palavras-chave e metadados, e aplicação de filtros de pesquisa;
 - Permitir acesso online aos usuários do CNJ;
 - Permitir acesso às bases de dados 24 horas por dia, sete dias por semana.

Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá observar, sempre que possível, as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, bem como as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ nº 400/2021, o PLS do CNJ, e o Código de Conduta do Fornecedor de Bens e Serviços do CNJ.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Considerando as informações levantadas e apresentadas no Item 5.1 deste Estudo Técnico Preliminar, a Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário sugere que sejam contratadas 5 (cinco) bases de dados distintas, disponibilizadas por três empresas.

Tabela 1 - Bases para contratação

Base	Período	Valor
Minha Biblioteca (bases Jurídica, Sociais Aplicadas e Letras)	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses. 400 usuários por login e senha individual. A quantidade de acessos foi definida com bases nos usuários cadastrados durante a vigência do contrato no CNJ. Há 365 usuários cadastrados, número que fornece a base de 400 usuários como limite a ser contratado. O preço nessa modalidade é inferior ao praticado por faixa de IP, no caso desta empresa.	R\$ 66.720,00 (Proposta 1508293)
Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses. 100 usuários por Faixa de IP. A quantidade de acesso foi estabelecida em aproximadamente 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10 e 15% do total de usuários potenciais possibilita boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP	R\$ 35.000,00

Revista dos Tribunais - Thomson Reuters	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses. 100 usuários por Faixa de IP. A quantidade de acesso foi estabelecida em aproximadamente 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10 e 15% do total de usuários potenciais possibilita boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP	R\$ 49.000,00
Vlex Brasil Premium	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses. 80 usuários simultâneos. A quantidade estabelecida em entre 10% e 15% do total de servidores e colaboradores. Essa base permite a assinatura por faixa de IP.	R\$ 65.979,10 (Proposta 1508305)
Hein Online	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses. 501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. A COIN considera a quantidade de acessos definida pela Hein adequada ao CNJ.	R\$ 34.810,23 (Proposta 1508300)
Total		R\$ 251.509,33 (duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e nove reais e trinta e três centavos)

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Indicação e análise das alternativas possíveis disponíveis no mercado, com base preferencialmente no seguinte quadro-modelo:

Identificar as soluções de mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendam aos requisitos especificados e, caso a quantidade de fornecedores seja considerada restrita, verificar se os requisitos que limitam a participação são realmente indispensáveis, de modo a avaliar a retirada ou flexibilização desses requisitos.

a) Minha Biblioteca

Descrição: base de livros digitais formada por quatro editoras acadêmicas do Brasil: Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva. O produto *MB Jurídica, Sociais Aplicadas, e Letras e Artes* consiste de plataforma digital de livros, que conta com mais 5.500 títulos técnicos, acadêmicos e científicos sobre temas jurídicos e de ciências sociais, de renomados autores, advogados e juristas, como Carlos Roberto Gonçalves, Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Humberto Theodoro Júnior, Roberto Senise Lisboa, entre outros, publicados pelas Editoras. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/catalogo-juridico/>

Análise: em relação aos requisitos apresentados no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, aponta-se que a solução disponibiliza plataforma de acesso amigável ao usuário, com ferramenta que permite busca tanto por palavras-chave como por metadados, com aplicação de filtros de pesquisa. A plataforma é disponibilizada de forma virtual 24 horas por dia, 7 dias da semana. Na avaliação do acervo foram considerados os critérios de seleção de materiais de informação estabelecidos pela Biblioteconomia, a saber: autoridade; precisão e atualidade. Foram analisadas tanto as informações fornecidas, como também, os resultados de pesquisa por amostragem, para avaliação dos materiais. Destaca-se que o acervo é composto por livros de Direito, Ciências Sociais (Administração geral e pública, contabilidade e orçamento, etc.) e Letras, e é atualizado mensalmente. As obras são publicadas por editoras especializadas nas áreas temáticas e com considerável tempo de atuação no mercado. Com política editorial instituída, as obras e os autores são selecionados por sua relevância antes de serem publicados.

b) Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters

Descrição: base de dados que disponibiliza acesso à livros da Editora Revista dos Tribunais. Entre as obras disponíveis na plataforma estão códigos comentados, manuais, monografias, cursos, conteúdo científico, coleções especiais e doutrinas. Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html>.

Análise: em relação aos requisitos apresentados no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, aponta-se que a solução disponibiliza plataforma de acesso amigável ao usuário, com ferramenta que permite busca tanto por palavras-chave como por metadados, com aplicação de filtros de pesquisa. A plataforma é disponibilizada de forma virtual 24 horas por dia, 7 dias da semana. Na avaliação do acervo foram considerados os critérios de seleção de materiais de informação estabelecidos pela Biblioteconomia, a saber: autoridade; precisão e atualidade. Foram analisadas tanto as informações fornecidas, como também, os resultados de pesquisa por amostragem, para avaliação dos materiais. Destaca-se que o acervo é composto por livros de Direito, e é atualizado mensalmente. As obras são publicadas por editoras RT e FiscoSoft, especializadas na área e com considerável tempo de atuação no mercado. Com política editorial instituída, as obras e os autores são selecionados por sua relevância antes de serem publicados.

c) Revista dos Tribunais Online - Thomson Reuters

Descrição: base de artigos publicados em periódicos científicos, entre eles, a Revista dos Tribunais Online Clássica e a Revista dos Tribunais Online Completa. A plataforma permite pesquisas em jurisprudência, doutrina, legislação, súmulas, além de outros conteúdos desenvolvidos exclusivamente para a plataforma, como as Doutrinas Essenciais, Pareceres e Códigos Comentados escritos por autores da Revista dos Tribunais e da FiscoSoft. O acervo online conta atualmente com 36 revistas Periódicas especializadas em diversas áreas do Direito, 19 coleções de Doutrina Essenciais, 8 Coleções de Pareceres e Soluções Práticas, 10 Códigos Comentados e Notícias de Agência Reuters News, além de outros). Disponível em: <https://www.thomsonreuters.com.br/pt/juridico/proview.html>.

Análise: em relação aos requisitos apresentados no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, aponta-se que a solução disponibiliza plataforma de acesso amigável ao usuário, com ferramenta que permite busca tanto por palavras-chave como por metadados, com aplicação de filtros de pesquisa. A plataforma é disponibilizada de forma virtual 24 horas por dia, 7 dias da semana. Na avaliação do acervo foram considerados os critérios de seleção de materiais de informação estabelecidos pela Biblioteconomia, a saber: autoridade; precisão e atualidade. Foram analisadas tanto as informações fornecidas, como também, os resultados de pesquisa por amostragem, para avaliação dos materiais. Destaca-se que o acervo é composto por artigos científicos publicados na Revista dos Tribunais Online e outros periódicos especializados que seguem os critérios de publicação científica. Com política editorial instituída, os artigos passam por avaliação antes de

serem publicados.

d) VLEX Brasil Premium - Vlex

Descrição: base de dados que disponibiliza acesso à informação jurídica nacional, com legislação compilada atualizada, jurisprudência dos tribunais superiores, cerca de 200 títulos (livros e periódicos) de prestígio que abrangem todas as áreas do direito e modelos de contratos e peças processuais. Disponível em: <https://vlex.com.br/produtos/setor-publico>

Análise: em relação aos requisitos apresentados no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, aponta-se que a solução disponibiliza plataforma de acesso amigável ao usuário, com ferramenta que permite busca tanto por palavras-chave como por metadados, com aplicação de filtros de pesquisa. A plataforma é disponibilizada de forma virtual, 24 horas por dia, 7 dias da semana. Na avaliação do acervo foram considerados os critérios de seleção de materiais de informação estabelecidos pela Biblioteconomia, a saber: autoridade; precisão e atualidade. Foram analisadas tanto as informações fornecidas, como também, os resultados de pesquisa por amostragem, para avaliação dos materiais. Destaca-se que o acervo é composto legislação, jurisprudência, e livros e artigos de Direito com atualização mensal. A legislação é abrangente e a Jurisprudência abarca mais de 20 países, e são disponibilizados livros das editoras LTr, FGV Direito, Malheiros, JH Mizuno, Pillares, Leud, Bonijuris.

e) Hein Online

Descrição: base de artigos de periódicos acadêmicos de Direito, decisões da Suprema Corte dos EUA, acordos e tratados internacionais, fac-símiles de livros clássicos de Direito e outros documentos correlatos a área. Dados de direito, dados de doutrina (direito), dados de jurisprudência, livros digitais e periódicos eletrônicos. A produto *HeinOnline Academic Core* disponibiliza o acesso ao texto completo de mais de 1.800 periódicos jurídicos, bem como de informações sobre legislação, tratados, acordos internacionais, decisões da Suprema Corte Americana e obras clássicas sobre a história jurídica. É possível encontrar também os periódicos das principais faculdades de direito norteamericanas, como a *Harvard Law Review*, o *Yale Law Journal* e o *Duke Law Journal*. Disponível em: <https://home.heinonline.org/>

Análise: em relação aos requisitos apresentados no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, aponta-se que a solução disponibiliza plataforma de acesso amigável ao usuário, com ferramenta que permite busca tanto por palavras-chave como por metadados, com aplicação de filtros de pesquisa. A plataforma é disponibilizada de forma virtual 24 horas por dia, 7 dias da semana. Na avaliação do acervo foram considerados os critérios de seleção de materiais de informação estabelecidos pela Biblioteconomia, a saber: autoridade; precisão e atualidade. Observou-se tanto as informações fornecidas, como também foi realizada pesquisa por amostragem para avaliação dos materiais. Destaca-se que o acervo é composto por artigos científicos publicados em periódicos especializados na área do Direito, que seguem os critérios de publicação científica, e por jurisprudência estrangeira. Com política editorial instituída, os artigos passam por avaliação antes de serem publicados.

f) Tirant lo Blanch Brasil

Descrição: base de dados que disponibiliza principalmente legislação e jurisprudência, com arquivos da América Latina, Espanha e Portugal. É organizada pela editora *Tirant Lo Blanch*, especializada em publicações jurídicas, com sede na Espanha. Atua no Brasil desde 2017. O acervo dispõe de mais de 16.000 títulos da *Tirant* e outras editoras jurídicas, revistas jurídicas editadas por *Tirant Lo Blanch* e Jurisprudência da CIDH (Corte Internacional de Direitos Humanos) vinculadas a leis nacionais e alguns livros publicados pela *Tirant*. Disponível em: <https://www.tirantonline.com.br/latam/?lang=pt>

Análise: em relação aos requisitos apresentados no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, aponta-se que a solução disponibiliza plataforma de acesso amigável ao usuário, com ferramenta que permite busca tanto por palavras-chave como por metadados, com aplicação de filtros de pesquisa. A plataforma é disponibilizada de forma virtual 24 horas por dia, 7 dias da semana, mas não é possível baixar os arquivos para leitura posterior ou encaminhar link do item. Na avaliação do acervo foram considerados os critérios de seleção de materiais de informação estabelecidos pela Biblioteconomia, a saber: autoridade; precisão e atualidade. Observou-se tanto as informações fornecidas, como também foi realizada pesquisa por amostragem para avaliação dos

materiais. Destaca-se que o acervo é composto por materiais da área do Direito, com foco em legislação e jurisprudência de outros países. Durante a demonstração do produto, foi informado que a base continha coleção específica da Corte Internacional de Direitos Humanos (CIDH), mas a equipe de contratação não conseguiu localizar tais documentos na base. Após questionamento, a empresa informou não possuir mais a coleção. A coleção atenderia a demandas de informação para pesquisas realizadas pelo DPJ e DMF, mas não cumpriu critérios de amplitude e confiabilidade do acervo.

g) Solucto

Descrição: base de dados com: 1.304 títulos de 313 disciplinas EAD em Português; 124 títulos em Direito; 19.056 títulos de editores universitários em Português; 1.587 títulos em Direito da eLibro (editora da Biblioteca Digital Solucto). Disponível em: <https://www.bdsolucto.com.br/>

Análise: em relação aos requisitos apresentados no item 3 deste Estudo Técnico Preliminar, aponta-se que a solução disponibiliza plataforma de acesso amigável ao usuário, com ferramenta que permite busca tanto por palavras-chave como por metadados, com aplicação de filtros de pesquisa. A plataforma é disponibilizada de forma virtual 24 horas por dia, 7 dias da semana. Para a avaliação do acervo foram considerados os critérios de seleção de materiais de informação estabelecidos pela Biblioteconomia, a saber: autoridade; precisão e atualidade. Observou-se tanto as informações fornecidas, como também foi realizada pesquisa por amostragem para avaliação dos materiais. Pelas informações fornecidas, identifica-se que a base não tem política editorial para publicação dos livros, e também não segue critérios nacionais e internacionais para artigos científicos, não cumprindo os critérios de precisão e autoridade para seleção de materiais de informação.

h) Biblioteca Digital Saraiva

Descrição: base que disponibiliza acesso a cerca de 2.800 títulos dos selos editoriais Saraiva Jur, Saraiva Uni e Érica, grandes referências em conteúdo para os cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Tecnológicos de Gestão, além de cursos técnicos e profissionalizantes. Disponível em: <https://www.saraivaeducacao.com.br/bds/>

Análise: não foi possível realizar análise da base, pois a equipe não conseguiu agendar demonstração do produto. O contato foi estabelecido desde janeiro de 2023.

Tabela 2 - Soluções disponíveis no mercado

Bases de informação bibliográfica (Soluções identificadas)	Produto (Especificação do produto)	Período	Acessos Simultâneos	Valor	Contrato com a Administração Pública

Minha Biblioteca	MB Jurídica e Sociais Aplicadas	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	400 usuários por login e senha individual. A quantidade de acessos foi definida com bases nos usuários cadastrados durante a vigência do contrato no CNJ. Há 365 usuários cadastrados, número que fornece a base de 400 usuário como limite a ser contratado. Além de atender a cada servidor de forma individualizada, o preço nessa modalidade é inferior ao praticado por faixa de IP, no caso desta empresa.	R\$ 75.840,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta reais).	Defensoria Pública de Santa Catarina - Contrato nº 023/2021
Thomson Reuters	<p>Editora Revista dos Tribunais</p> <p>Biblioteca Digital Proview</p>	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	100 usuários por Faixa de IP. A quantidade de acesso foi estabelecida em aproximadamente 15% do total de servidores/colaboradores. Quantificar o acesso entre 10 e 15% do total de usuários potenciais possibilita boa cobertura de acessos simultâneos, no caso de faixa de IP.	<p>R\$ 38.760,00 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta reais) *</p> <p>R\$ 31.050,00 (trinta e um mil e cinquenta reais) *</p> <p>* Valor para aquisição das duas bases em um mesmo contrato</p>	Conselho da Justiça Federal (CJF) - PROCESSO SEI N. 0002633-32.2020.4.90.8000

Vlex	Hein Online - Latin American Core Colection	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	501-1000 usuários por faixa de IP. A Hein tem uma política rígida de definição de acesso, respeitado o corpo técnico de cada instituição. A Hein definiu o acesso, com base na quantidade de colaboradores do CNJ, disponível no Portal da Transparência. A COIN considera a quantidade de acessos definida pela Hein adequada ao CNJ.	R\$ 34.810,23 Proposta.	Supremo Tribunal Federal (STF) - Contrato nº 20/2021
	Vlex Brasil Premiun	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	80 usuários por login e senha. A quantidade estabelecida em entre 10% e 15% do total de servidores e colaboradores. Essa base permite a assinatura por usuário e não por faixa de IP.	R\$ R\$ 65.979,10 Proposta	Conselho da Justiça Federal (CJF) - PROCESSO 0003688-60.2020.4.90.8000
Tirant Latam	Tirant lo Blanch Brasil	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	100-200 usuários por faixa de IP.	R\$ 28.800	Ministério Público do Rio Grande do Sul (Contrato)
Solucto	Biblioteca Digital Solucto	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	Acesso ilimitado por faixa de IP.	R\$ 53.729 Proposta.	Desconhecido.

Saraiva	Biblioteca Digital Saraiva	Acesso online, pelo período de 12 (doze) meses	30 acessos simultâneos.	R\$ 13.284	TRT14 (Contrato)
---------	----------------------------	--	-------------------------	------------	------------------------------------

5.2 Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.

Apresentar informações da contratação anterior, ou da série histórica, se houver, com as seguintes informações: número do processo e do contrato ou da ata de registro de preços; valor da última contratação/ata de registro de preços.

A contratação anterior foi por inexigibilidade do processo licitatório, com fundamento no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93. O processo em que constam os estudos preliminares, termo de referência, e mapa comparativo de preços é o Processo Sei nº 00272/2021. Os contratos foram tramitados em processos distintos, conforme abaixo:

- Hein Online (01982/2022);
- VLex Brasil Premium (01984/2022);
- Revista dos Tribunais e Proview (01980/2022);
- Minha Biblioteca (01969/2022).

O valor total da última contratação, considerando os 5 (cinco) contratos, acima, foi de \$ 243.777,56 (duzentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e seis centavos). Abaixo, seguem os valores por contrato e o respectivo SEI de pagamento:

- Hein Online: R\$ 35.883,12 (05103/2022);
- VLex Brasil Premium R\$ 62.244,44 (05101/2022);
- Revista dos Tribunais R\$ 48.450,00 (05642/2022);
- Proview R\$ 34.500,00 (05642/2022);
- Minha Biblioteca R\$ 75.840,00 (05632/2022) *800 acessos

5.3. Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

A escolha das soluções se pauta em estudo técnico composto pela análise de quatro grupos de informação: 1) estudo das necessidades de informação do Conselho Nacional de Justiça; 2) análise do acervo digital de bibliotecas jurídicas do Poder Judiciário, e respectivas assinaturas de bases de dados; 3) análise das soluções disponíveis no mercado que atendam aos requisitos do item 3 deste estudo e; 4) estatísticas de uso das bases contratadas pelo CNJ. Considera-se, também, o que a teoria e a prática biblioteconômicas dispõem sobre avaliação e seleção de materiais de informação, com o objetivo de constituir um acervo amplo, atual e confiável, conforme critérios de precisão, autoridade e atualidade. Dessa forma, sugere que sejam contratadas cinco bases de dados, fornecidas por três empresas distintas. A contratação de mais de uma base de informação bibliográfica tem o objetivo de formar um acervo digital amplo e diverso, que atenda às necessidades de informação identificadas nos estudos, ressalta-se que a contratação de mais de uma base de dados não destoia do praticado pelas bibliotecas jurídicas de outros órgãos da Administração Pública. Para se ter um acervo amplo, é necessário que se disponibilize informação de diversos tipos e formatos, por ex: legislação, doutrina, jurisprudência, informação técnica e científica, livros, artigos, manuais, normas, etc.

As bibliotecas que possuem acervo físico adquirem livros, de forma periódica, de diferentes distribuidores. Isso acontece pois cada distribuidor trabalha com uma gama de editoras e produtos específicos e exclusivos. No caso da informação digital, ocorre a mesma situação. Para compor um acervo, é necessário ter como objetivo o todo e não a unidade de informação, os materiais devem atender a uma diversidade quanto aos temas e, também, quanto aos autores,

de forma que seja possível formar um acervo bibliográfico ao mesmo tempo coeso e complementar. Por exemplo, uma biblioteca física deve ter mais de uma obra que trate de Direito Constitucional, isso porque as obras são autorais e, portanto, levam a perspectiva e didática de cada autor, além de sua contribuição particular, mas isso não configura que o acervo é repetitivo, pelo contrário, é complementar. O mesmo ocorre com as bases de dados, e no caso do CNJ, a contratação de mais de uma base de informação é ainda mais importante, posto que não há uma biblioteca física que empreste livros físicos aos servidores. Dessa forma, procurou-se por bases que apresentassem conteúdos distintos e exclusivos, não se tratando por tanto do mesmo produto, mas sim de produtos de características semelhantes.

Para a seleção das bases de dados, primeiramente, foram consideradas as necessidades de informação do CNJ, que foram mapeadas a partir de estudo de usuários e o estudo de necessidades de informação, instrumentos utilizados pela Biblioteconomia para o desenvolvimento de acervos e de serviços de informação. Verifica-se que para o CNJ, a maior demanda é por literatura especializada, seguida por informação jurídica, após, por informações produzidas pelo CNJ e, por último, por notícias. Quanto à informação jurídica, a maior demanda é por legislação atualizada, seguida por doutrina e, por último, jurisprudência (estudo dos potenciais usuários de informação do CNJ de 2017, [link](#)). Nesse sentido, a Biblioteca Digital Ministro Aldir Passarinho, lançada ano passado, foi pensada como um serviço para atender à necessidade de acesso, de forma centralizada e organizada, aos conteúdos produzidos pelo próprio CNJ.

Para atender as necessidades relativas à literatura especializada e à informação jurídica, duas soluções se apresentam possíveis: a criação de uma biblioteca física, ou, a assinatura de bases de dados bibliográficas. A primeira opção não foi aprovada pela Administração, segundo SEI nº 02006/2015 e nº 04934/2015. É importante ressaltar que a segunda opção é mais econômica, apresenta maior consonância com a sociedade da informação, e vai ao encontro da atual realidade de teletrabalho e trabalho remoto do Conselho Nacional de Justiça. Para seleção e avaliação das bases foi realizada, também, análise do perfil institucional do CNJ, em que considera-se sua missão, objetivos, atribuições, organograma, além dos projetos institucionais desenvolvidos pelo órgão. Essas informações foram extraídas do Portal do CNJ e dos relatórios anuais.

Dessa forma, a partir a análise do perfil institucional do CNJ e do estudo de usuários mencionado anteriormente, verificou-se que as necessidades de informação do CNJ extrapolam a informação jurídica. É possível identificar, portanto, que a maior necessidade é por informação jurídica, mas que o acervo deve atender, também, às necessidades por informações das áreas de: Administração Geral e Pública; Estatística; Tecnologia da Informação; Contabilidade e orçamento; e Ciências Sociais.

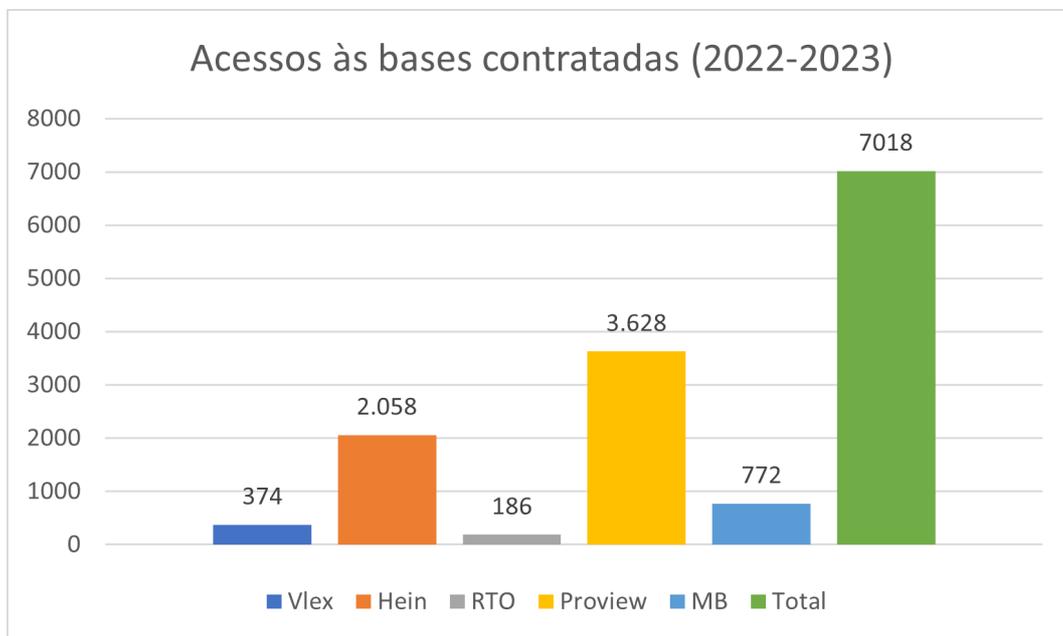
Considerando as informações levantadas, foi aplicado o primeiro filtro para a seleção das bases de dados bibliográficas: a que se refere aos temas dos materiais bibliográficos. Buscou-se, portanto, bases que tem por foco a informação jurídica, mas também, bases que atendam às demais necessidades de informação do CNJ. Nessa etapa, foi realizada também ampla pesquisa nas Bibliotecas de órgãos públicos para levantamento de quais bases eram assinadas.

Após esse primeiro filtro, foram realizadas análises quanto à atualidade, autoridade e precisão da informação. Critérios preconizados por Waldomiro Vergueiro, em sua obra Seleção de Materiais de Informação. Nessa etapa, é realizada a análise individual de cada base, quanto ao critério de autoridade para os livros, verificou-se quais editoras são veiculadas em cada base, buscando as mais renomadas em cada área de informação. Para os periódicos, analisou-se se os editores seguiam os critérios de informação científica nacionais e internacionais. Quanto à precisão da informação, foram analisados os processos editoriais das editoras de livros e periódicos científicos. Quanto à atualização, analisou-se a periodicidade que novos materiais são incluídos nas bases.

Além desses itens de avaliação tradicionais da área de Gestão da Informação, foram avaliados, também, os recursos tecnológicos da base. Importante ressaltar que não foi uma avaliação técnica da área de tecnologia da informação, em relação à linguagens de programação etc., mas dos requisitos de usabilidade e acessibilidade para o usuário final e para o gerenciamento da base. Dessa forma, avaliou-se a forma de acesso à base; acesso simultâneo; possibilidade de geração de estatísticas de uso; interface amigável; recursos de leitura; recursos de acessibilidade; recursos de refinamento de pesquisa; suporte técnico e metadados do catálogo.

Após consulta de processos semelhantes entre as empresas listadas e outros órgãos, verificou-se que a quantidade de acessos simultâneos é estabelecida, levando-se em conta entre 10% e 15% de usuários, em relação ao total de usuários potenciais, no caso do CNJ, usuários potenciais são todos os servidores e colaboradores do órgão. De acordo com a publicação CNJ em Números 2020, do Departamento de Pesquisas Judiciárias, a força de trabalho total do CNJ estava em torno de 768, entre membros, juízes auxiliares, servidores e trabalhadores auxiliares, em 2020. E segundo a última lista publicada pelo CNJ em janeiro de 2023 (<https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/informacoes-sobre-pessoal/listas-de-servidores/#2496-listas-de-servidores>), o CNJ possuía 415 membros e agentes públicos no período mencionado.

Também foram levantadas estatísticas de uso das bases contratadas pelo CNJ, apresentadas na tabela abaixo. Para uso do acervo, que é o conjunto de materiais disponibilizados, é considerada a soma dos acessos aos materiais de cada base de dados. No período da assinatura, de doze meses (2022-2023), o uso do acervo foi de 7.018, correspondente ao número de acessos às publicações disponibilizadas na base. O número é expressivo, considerando o total estimado de 768 usuários, foram seis acessos por usuário no período, ou seja, em média, cada usuário consultou 9 nove obras disponibilizadas no acervo. É importante ressaltar que a análise de uso de bases de dados para instituições especializadas é um dado acessório na análise de sua relevância, que deve se pautar prioritariamente no tipo de trabalho desenvolvido e a relação de benefícios e riscos em não se ter acesso à fontes de informação confiáveis e atualizadas.



Fonte: Relatório de uso das bases contratadas pelo CNJ (1517219).

As bases contratadas foram divulgadas na Intranet, por e-mail da Comunicação Social do CNJ, bem como por meio de treinamento oferecido para utilização das mesmas. A disseminação da contratação pode ser observada no documento anexo (1515562). O documento citado consta da peça de promoção de treinamento nas bases, ação que podia ser aproveitada inclusive para Adicional de Qualificação para os servidores do CNJ. O documento é composto ainda de notícia promocional de estímulo ao uso das bases e notícia da Associação dos Servidores do CNJ (ASCONJ) divulgando a contratação e o atendimento da necessidade de informação dos servidores do Conselho.

Ante o exposto, a Coordenadoria de Gestão da Informação e Memória do Poder Judiciário (COIN) sugere que sejam contratadas cinco de bases de dados bibliográficas, de forma a atender às necessidade de informação dos agentes do Conselho Nacional de Justiça, órgão que se difere de outros tribunais em vários aspectos. É notório que nas pesquisas realizadas identifica-se que as bibliotecas do Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal do Trabalho; Superior Tribunal Eleitoral; e Conselho da Justiça Federal, quando contratam bases de dados para acesso à informação em meio digital, optam por apenas uma ou duas bases distintas. Esta Coordenadoria esclarece que as instituições citadas albergam em sua estrutura bibliotecas

físicas, compostas por exemplares impressos, que podem ser digitalizados, respeitados os critérios legais, para envio aos usuários e emprestados para consulta individual. O CNJ, por não dispor de biblioteca física, necessita de maior aporte na contratação de bases de dados de informação em meio digital. Nesse sentido, a contratação de bases de dados também se mostra mais econômica que a criação e manutenção de acervo físico, além de estar alinhada ao contexto de teletrabalho do CNJ.

Indica-se a contratação das seguintes bases:

1. Minha Biblioteca
2. Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters
3. Revista dos Tribunais Online - Thomson Reuters
4. Hein Online
5. Vlex Brasil Premium

A assinatura de bases de informação proporcionará ao CNJ os seguintes benefícios:

- fornecimento de informações confiáveis e atuais, cotando com a manutenção do acervo de informações atualizado.
- acesso remoto e simultâneo à informação;
- economia de espaço físico;
- ampliação da atuação dos servidores da biblioteca, ou centro de informação, por eliminar a necessidade de tratamento técnico;

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se o valor de R\$251.509,33 (duzentos e cinquenta e um mil, quinhentos e nove reais e trinta e três centavos) para assinatura das bases selecionadas no item 7.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Tratam-se de bases de informação bibliográfica, disponíveis em meio digital, contemplando a área do Direito e áreas correlatas à atuação do CNJ, como: Ciências Sociais; Tecnologia da Informação; Estatística e outras áreas que possam abranger o conhecimento necessário ao desenvolvimentos das atividades meio e finalísticas deste Conselho.

As bases selecionadas devem disponibilizar informação de qualidade. Essa expressão pode denotar a falsa impressão de uma definição vaga, mas ressalta-se que não é difícil definir informação de qualidade. Waldomiro Vergueiro, importante pesquisador e autor da biblioteconomia, em seu livro "Seleção de materiais de informação", define alguns critérios para a seleção de materiais bibliográficos, quais sejam:

Autoridade: as bases de dados de informação deverão manter em seus acervos as informações oriundas de autores renomados e com atuação reconhecida. Deve-se optar pela disponibilização de livros, periódicos e artigos com reconhecimento de suas fontes, buscando as publicações de instituições e autores pessoais que primem por critérios científicos. Busca definir a qualidade do material a partir da reputação de seu autor, editora ou patrocinador.

Precisão: visa evidenciar o quanto a informação veiculada é exata, rigorosa, correta.

Atualidade: trata da capacidade de um acervo se manter atual, no caso do Direito, sem negligenciar aspectos históricos. As bases de informação devem contemplar itens atuais, de forma a permitir o constante aprimoramento profissional.

As bases selecionadas fornecem produtos exclusivos.

São diferenciais de cada base:

a) Minha Biblioteca: exclusividade no fornecimento de publicações das renomadas editoras: Grupo A Educação S.A; Editora Atlas LTDA; Gen-Grupo Editorial Nacional Participações S.A; Saraiva Educação S.A; Editora Manole Limitada. A base dá acesso à materiais de 15 editoras acadêmicas nacionais e 38 selos editoriais: Grupo A; Gen Atlas; Manole, Saraiva Educação; Almedina Brasil; Alta Books, Blucher; Clengage Learning; Cortez Editora; Editora Unijui; Empreende; Grupo Autêntica; Medbook; Saint Paul Editora e Trevisan.

Nas áreas de informação prioritárias ao Conselho Nacional de Justiça, a base dispõe de uma coleção voltada à informação jurídica, a MB Jurídica, com mais de 2.300 títulos disponíveis. E para atender às necessidades de informação das áreas de estatística, informática, contabilidade, administração geral e pública e orçamento, têm as coleções MB Sociais Aplicadas, com mais de 3.700 títulos.

A base é atualizada mensalmente com novos títulos e permite o acesso simultâneo ilimitado a todos os usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Fornecer, também, material de apoio para treinamento e divulgação da ferramenta, suporte técnico e plano de melhoramento contínuo dos metadados de recuperação da informação.

b) Revista dos Tribunais Online: exclusividade no fornecimento da renomada Revista dos Tribunais Online Clássica e Revista dos Tribunais Online Completa (Plataforma digitais de busca jurídica para pesquisas em jurisprudência, doutrina, legislação, súmulas, além de outros conteúdos desenvolvidos exclusivamente para essa plataforma como as Doutrinas Essenciais, Pareceres e Códigos Comentados escritos por autores da Revista dos Tribunais e da FiscoSoft. O acervo de busca online conta atualmente com 36 revistas Periódicas especializadas em diversas áreas do Direito, 19 coleções de Doutrina Essenciais, 8 Coleções de Pareceres e Soluções Práticas, 10 Códigos Comentados e Notícias de Agência Reuters News, além de outros).

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

c) Biblioteca Digital Proview: exclusividade no fornecimento da ProView Thomson Reuters – Biblioteca Virtual ProView (Plataforma de leitura, consulta e armazenamento de livros em formato digital. Trazendo recursos de busca em toda biblioteca com tema livre e termos indexados, recursos de exportação trechos dos livros com destaques e notas dos textos selecionados, importações de notas e destaques para edições novas, sistema de criação de categorias para cada obra e possibilidade de classificação dos destaques e notas, com possibilidade de acesso simultâneo e multiusuários. A THOMSON REUTERS BRASIL publicou mais de 1.500 obras com os selos editoriais Revistas dos Tribunais e FiscoSoft).

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

d) Hein Online - Latin American Core Collection: exclusividade no fornecimento de títulos voltados à atuação jurídica na América Latina e dos Estados Unidos das renomadas: ABA Law Library Collection Periodicals; American Law Institute Library; Federal Register Library/Code of Federal Regulations; Foreign Relations of the United States; Harvard Research in International Law; Immigration Law & Policy in the U.S.; Intellectual Property Law Collection; Law Journal Library; New York Court of Appeals Records and Briefs; New York Legal Research Library; State Attorney General Reports & Opinions; Taxation & Economic Reform in America, Parts I & II, 1781-2010; U.S. Attorney General & Department of Justice Collection; U.S. Presidential Library; U.S. Supreme Court Library; United Nations Law Collection; World Constitutions Illustrated; World Trials Library.

A base é atualizada mensalmente e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

e) Vlex Brasil Premium: exclusividade no fornecimento de títulos de renomadas editoras, como LTr, FGV Direito, JH Mizuno, Leud, Pillares, Malheiros, Bonijuris, entre outras. Fornece uma ampla coleção de informação jurídica em uma plataforma de inteligência artificial, que aprende com o comportamento de seus usuários. Disponibiliza acesso à legislação abrangente e jurisprudência de 20 países e uma ampla seleção de mais de 130 países, bem como conteúdo de Doutrina de mais de 1.000 editores selecionados.

Para atendimento da necessidade por informação jurídica, tanto nacional como estrangeira, a VLex apresenta um amplo acervo de doutrina, jurisprudência, legislação, além da veiculação de notícias da área jurídica. A base é atualizada mensalmente com novos títulos e permite o acesso simultâneo aos usuários. Disponibiliza, também, ferramenta de geração de relatórios de estatísticas de uso da base, que permitirão uma gestão mais eficiente dos recursos. A base possui interface amigável e recursos de interface, de leitura, de compartilhamento e de acessibilidade.

Disponibiliza, também, tradutor automático de 14 idiomas para a terminologia jurídica.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

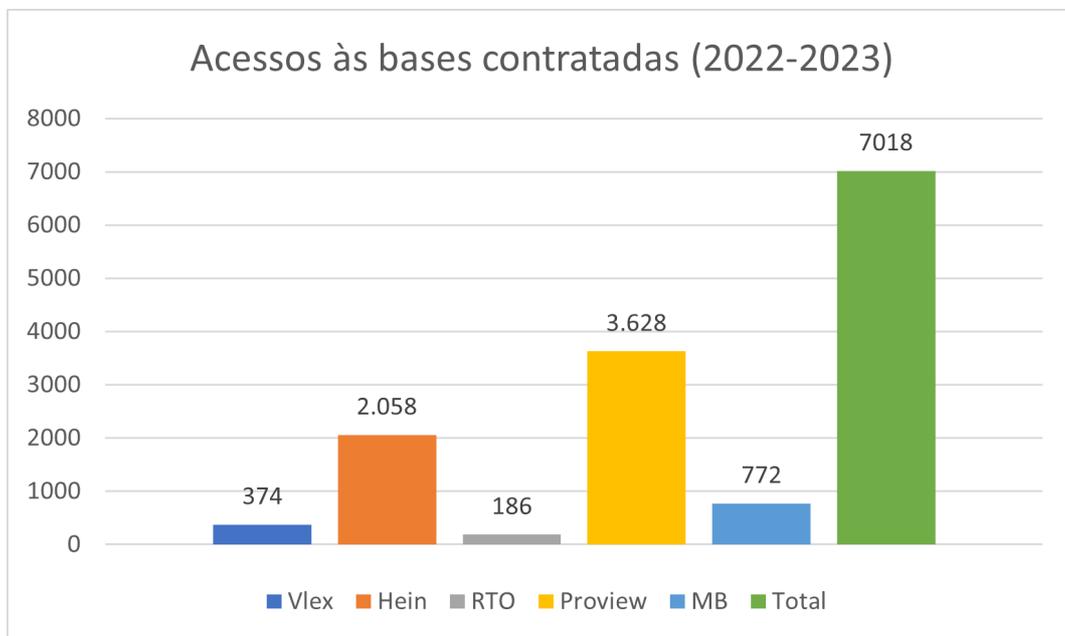
Cada base é contratada separadamente. Caso os fornecedores sejam os mesmos, há a possibilidade de formalização de contrato único para as bases amparadas neste critério.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

O acesso à bases de dados bibliográficas contribui para a execução das atividades do CNJ, tendo em vista a necessidade de suporte informacional, item básico para tomadas de decisões institucionais.

De acordo com a doutrina vigente, o princípio da eficiência impõe à administração pública direta e indireta e a seus agentes a persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade, primando pela adoção dos critérios legais e morais necessários para melhor utilização possível dos recursos públicos, de maneira a evitar-se desperdício e a garantir maior rentabilidade social.

Também foram levantadas estatísticas de uso das bases contratadas pelo CNJ, apresentadas na tabela abaixo. Para uso do acervo, que é o conjunto de materiais disponibilizados, é considerada a soma dos acessos aos materiais de cada base de dados. No período da assinatura, de doze meses (2022-2023), o uso do acervo foi de 4.767, correspondente ao número de acessos às publicações disponibilizadas na base. O número é expressivo, considerando o total estimado de 768 usuários, foram seis acessos por usuário no período, ou seja, em média, cada usuário consultou 6 seis obras disponibilizada no acervo. É importante ressaltar que a análise de uso de bases de dados para instituições especializadas é um dado acessório na análise de sua relevância, que deve se pautar prioritariamente no tipo de trabalho desenvolvido e a relação de benefícios e riscos em não se ter acesso à fontes de informação confiáveis e atualizadas. Dessa forma, o principal resultado da contratação é o fornecimento de informações confiáveis e atuais.



Fonte: Relatório de uso das bases contratadas pelo CNJ (1517219).

9.1. Indicadores de desempenho da contratação

Pode-se adotar como indicadores para avaliação da solução a ser contratada os seguintes itens:

- **Economicidade:** a solução contratada promoverá a entrega de informação confiável ao corpo técnico do CNJ, de forma a dirimir os gastos públicos com a implementação de uma biblioteca física que demandaria um espaço grande e adequado; contratação de mais recursos humanos que atendesse a demanda presencial do órgão. Ao conseguir atender todas as demandas internas, o CNJ terá economia de tempo, utilização de recursos humanos, aparato administrativo e estrutura física.
- **Eficácia:** a solução contratada deve permitir acesso independentemente da localização do usuário. O corpo técnico do CNJ não precisará se dirigir a um espaço físico para ter acesso à informação que precisa para o desempenho de sua função. A informação digital pode ser acessada a qualquer tempo e de qualquer lugar por meio de login e senha.
- **Efetividade:** a solução contratada deverá entregar informação atualizada e confiável de forma ininterrupta.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

A equipe responsável pela elaboração destes estudos preliminares não identificou restrições ou providências internas necessárias ao funcionamento das bases de dados. De toda forma, o Departamento de Tecnologia da Informação poderá ser acionado para avaliar quesitos tecnológicos que fogem da competência da equipe responsável por estes estudos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Contratação relacionada aos processos anteriores:

Processo: 00272/2021

Contratos: Hein Online (01982/2022); VLex Brasil Premium (01984/2022); Revista dos Tribunais e Proview (01980/2022); Minha Biblioteca (01969/2022)

12. IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

Por se tratar de bases de dados disponíveis meio digital, não se verificou possíveis medidas para minimizar os impactos causados ao meio ambiente decorrentes das atividades do CNJ, conforme consulta à Resolução CNJ n. 400/2021 e aos Indicadores e Metas definidos no Plano de Logística Sustentável do Conselho Nacional de Justiça (PLS/CNJ), anexo único da Portaria CNJ n. 22/2021, a saber: papel, água envasada, impressão de documentos, telefonia, energia elétrica, água e esgoto, gestão de resíduos, reformas e leiaute, limpeza, vigilância, veículos, combustível, qualidade de vida no trabalho, capacitação socioambiental, compras sustentáveis e equidade e diversidade.

A empresa contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021. Bem como, observar, sempre que possível, para a execução dos serviços as normas em vigor atinentes à sustentabilidade ambiental, bem como as boas práticas estabelecidas na Resolução CNJ n. 400/2021, pelo Plano de Logística Sustentável do CNJ e Portaria CNJ n. 18/2020.

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Em atenção ao disposto no art. 10, da Instrução Normativa CNJ n. 89/2022, que dispõe: “os riscos envolvidos na aquisição deverão ser identificados, avaliados e acompanhados desde o planejamento da contratação até a execução contratual, conforme Manual de Gestão de Riscos deste Conselho”.

RISCO 1:		Indisponibilidade da Base	
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Atrasar consulta à informação.	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Contratada deverá apresentar alternativa e solucionar o problema o mais rápido possível.		Contratada
RISCO 2:		A base não dispor de item específico, desejado pelo usuário	
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Média	1	Usuário não ter acesso à informação desejada.	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável

1	Buscar empréstimo do livro, ou periódico desejado em bibliotecas parceiras.	COIN
---	---	------

14. CONCLUSÃO DO GESTOR

Declaro que os gestores responsáveis por estes estudos preliminares levantaram e analisaram as opções disponíveis e utilizadas no âmbito do Poder Judiciário, bem como, os custos e valores foram estimados após análise de contratos semelhantes com outros órgão da Administração Pública. Entende-se, por fim, ser de interesse deste Conselho a contratação das bases de dados, abaixo, considerando todos os aspectos levantados nestes estudos preliminares e o objetivo de atender plenamente as necessidades de informação dos agentes do CNJ:

- a) Minha Biblioteca;
- b) Biblioteca Digital ProView - Thomson Reuters;
- c) Revista dos Tribunais Online - Thomson Reuters;
- d) Hein Online;
- e) Vlex.

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Pâmela Tieme Barbosa Aoyama	pamela.aoyama@cnj.jus.br	5277	COIN
Renata Lima Guedes Peixoto	renata.peixoto@cnj.jus.br	5219	COIN



Documento assinado eletronicamente por **RENATA LIMA GUEDES PEIXOTO, ANALISTA JUDICIÁRIO - APOIO ESPECIALIZADO - BIBLIOTECONOMIA**, em 20/03/2023, às 15:59, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o código verificador **1517057** e o código CRC **AE92BBD7**.